

Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil

Valdir do Nascimento Flores²
Silvana Silva³

EDIPUCRS – Coleção Memória das Letras

**3-REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.).
O Despertar de Eva:
gênero e identidade na ficção de língua
portuguesa. 2000, 192 p.**

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 - Porto Alegre – RS/BRASIL
<http://www.pucrs.br/edipucrs/>
E-mail edipucrs@pucrs.br
Fone/Fax: (51) 320.3523

1 Introdução

Este texto dá continuidade às reflexões iniciadas em Flores (1999) a respeito da abordagem enunciativa da categoria aspecto em verbos do Português do Brasil. Naquele trabalho, apresentamos os fundamentos teóricos de nossa pesquisa (Benveniste: 1988 e 1989) e problematizamos a noção de dêixis mobilizada por alguns dos estudos mais relevantes sobre a categoria no Português Barroso:1994; Costa: 1990; Castilho: 1967; Trava-glia:1994, entre outros.

Constatamos que o aspecto era abordado de diferentes formas, de acordo com as perspectivas teóricas assumidas pelos estudiosos. No entanto, algumas questões foram tratadas simi-larmente pelos autores, entre elas a diferenciação entre tempo e aspecto tomando por referência a dêixis. Em todos os trabalhos consultados, o tempo verbal foi apresentado como sendo dife-rente do aspecto em função de sua natureza dêitica em oposição

¹ Este texto é produto da pesquisa desenvolvida junto à UFRGS, intitulada *A relevância da noção de dêixis para a interpretação semântica do aspecto verbal: um estudo enunciativo da categoria*.

² Prof. Dr. do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Aluna do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / bolsista de iniciação científica BIC/PROPESQ/UFRGS.

ao aspecto, privado dessa característica. Corroborou isso uma segunda regularidade: a presença do traço [+durativo] no lema verbal para marcar o aspecto lexical.

De nossa parte, e é importante salientar isso aqui, não discordamos dessas possibilidades de análise dentro dos referenciais em que foram concebidas. Entretanto, propomos tratar o aspecto em um quadro teórico distinto do mobilizado nas pesquisas antes lembradas. Em outras palavras, em nossa opinião o aspecto pode ser visto como uma categoria dêitica desde que não se considere a dêixis dentro dos parâmetros referenciais/ontológicos da linguagem. Pensamos que se o conceito de dêixis for deslocado para um quadro que o contemple enquanto uma categoria enunciativa, que releve do sujeito que enuncia, então sua descrição pode ser vista de outro prisma.

A teoria da enunciação de Emile Benveniste considera que a dêixis não é um mecanismo que põe em relação os signos da língua considerados vazios (pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios, etc...) e um mundo objetivo. Ao contrário disso, Benveniste propõe que a dêixis seja um mecanismo que põe em relação esses signos e o sujeito que os enuncia. Ou seja, um dêitico não é uma palavra (ou categoria) que adquire sentido quando referida a uma situação no mundo real, mas quando referida a quem enuncia.

Este texto é, portanto, a sistematização teórico-metodológica a respeito do que entendemos ser o tratamento dêitico (ou enunciativo) do aspecto verbal. Encontramos justificativa para o nosso estudo nas palavras do próprio Benveniste. Como mostramos em Flores (1999), Benveniste, no texto *A natureza dos pronomes* (1956)⁴, diz, textualmente, que a categoria aspecto é semelhante às demais categorias do paradigma verbal porque é resultado de uma atualização *em face da instância de discurso*. No entanto, o autor não chega a desenvolver a sua reflexão, pois, como é de conhecimento de todos, Benveniste dedica-se exaustivamente às categorias de pessoa e de tempo. Acreditamos, contudo, ser possível desenvolver essa proposi-

⁴ Optamos por referir as datas originais dos textos de Benveniste, já que a cronologia destes trabalhos é importante para o entendimento da teoria sobre a dêixis. No entanto, na bibliografia geral optamos por referir as publicações brasileiras.

ção do autor, bastando, para isso, contextualizá-la no escopo da teoria da enunciação.

A seguir, tentaremos sistematizar nossas reflexões obedecendo aos seguintes passos: apresentar as concepções teóricas que embasam a perspectiva lingüístico-enunciativa de estudo da língua em especial a concepção de dêixis; em um segundo momento, retomar o tratamento que a categoria aspecto tem recebido em Português; logo depois será o momento de explicar teórica e metodologicamente o que queremos dizer quando afirmamos que o aspecto é dêitico (em termos enunciativos) e, finalmente, faremos análises de uma amostra do Português falado retirada do corpus do projeto NURC organizado por Hilgert (1997).

2 O que é a dêixis/referência em teoria da enunciação⁵?

A pergunta que serve de título a este item parece ter um tom autoritário na medida em que sugere uma única resposta. Gostaríamos de amenizar essa imagem, dizendo que não se trata, aqui, de estabelecer a última palavra sobre essa questão. Na verdade tal pergunta também serve a um objetivo que temos neste texto, qual seja, o de ser o mais explícito possível na apresentação da leitura que fazemos da teoria de Benveniste.

Sabemos que a teoria da enunciação tem sido estudada por diferentes teóricos e que as interpretações feitas em torno de seus fundamentos são bastante dispares entre si. Porém, pensamos poder justificar a leitura que iremos propor desde que possamos explicitar o lugar teórico do qual ela é formulada.

A primeira questão que propomos desenvolver aqui é: *quais as semelhanças entre o conceito de dêixis previsto em uma perspectiva lógica como a de Frege⁶, por exemplo, e o efetivamente desenvolvido por Benveniste?*

Em linhas gerais, ambas as teorias tratam os dêiticos como elementos "vazios" (em oposição aos elementos "cheios"

⁵ Estamos limitando o termo *lingüística da enunciação* à vertente benvenistiana de estudo da linguagem. No entanto, sabemos da atual diversidade de investigação que possibilita falar em *teorias da enunciação*.

⁶ Não se trata, aqui, de fazer um estudo exaustivo da teoria fregeana. Isso já está adequadamente formulado por Lahud (1979), ao menos no que tange ao tratamento da dêixis.

da língua). Porém, o que isso significa no contexto teórico em que aparecem?

Do lado de Frege, é bom lembrar que seu sistema conceitual repousa sobre a definição de um sistema semiológico ternário. O signo, em Frege, é uma entidade de três faces: o sinal, o sentido e o referente. Dessa forma, o dêitico é uma palavra vazia que remete a coisas distintas conforme a situação comunicativa. Em outras palavras, o dêitico somente se preenche de sentido quando referido a um objeto singular no mundo.

Do lado de Benveniste, é importante salientar que o conceito de signo mobilizado é aquele presente na vertente saussuriana dos estudos lingüísticos, ou seja, o signo é uma entidade de dupla face constituída por um significante e um significado. O signo na teoria de Saussure é concebido no interior do sistema do qual é constituinte e no qual é constituído, portanto, independente da referência ao mundo.

Somente essa diferença é suficiente para notarmos que algo de incompatível há entre as duas perspectivas. Já podemos, portanto, formular uma primeira observação: *uma teoria que pressuponha um conceito de signo filiado ao pensamento saussuriano, evidentemente, exclui da língua a referencialidade, ao menos como ela pode ser entendida em termos ontológicos.*

A segunda questão que vale discutir aqui é: *qual o estatuto da oposição dêitico/não-dêitico, em teoria da enunciação?* Essa questão tem maior importância principalmente se a associarmos à distinção pessoa/não-pessoa.

Benveniste propõe dividir o sistema pronominal pessoal em dois grupos: o pertencente ao paradigma do EU/TU e o pertencente ao paradigma do ELE. Em *Estruturas das relações de pessoa no verbo* (1946), o autor diz que uma teoria lingüística da pessoa verbal deve ser feita com base na estrutura opositiva entre elas. Assim, a categoria de pessoa é um conceito formulado por oposição ao de não-pessoa, associados respectivamente aos pronomes *eu-tu*, de um lado, e *ele*, de outro lado. Por isso é que o autor distingue as duas primeiras pessoas (EU e TU) da terceira (ELE) a partir de duas correlações, são elas: a de *personalidade* e a de *subjetividade*.

A primeira separa o EU/TU- em que existe uma concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela - do

ELE- privado da característica de pessoa e caracterizado como a forma verbal para indicar a não-pessoa. Essa oposição é feita através de uma tripla especificidade de EU/TU em relação a ELE. A categoria de pessoa caracteriza-se pela sua unicidade, inversibilidade e ausência de predicação verbal.

A segunda correlação opõe EU a TU. EU é interior ao enunciado, exterior a TU e transcendente a este, portanto, é a única pessoa realmente subjetiva.

Disso conclui-se que, com Benveniste, a categoria de pessoa adquire um novo estatuto, porque não basta defini-la em termos de presença/ausência do traço de pessoalidade, mas em termos de subjetividade.

Isso fica bem mais claro em *A natureza dos pronomes* (1956) em que o autor ratifica a oposição anterior. A diferença entre a pessoa e a não-pessoa reside no tipo de referência que estabelecem.

O EU/TU pertencem ao nível pragmático da linguagem, pois definidos na própria instância de discurso referem a uma realidade distinta cada vez que são enunciados. Segundo ele, *"eu é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística eu"* (EBI,279)⁷.

O ELE pertence ao nível sintático, já que tem por função combinar-se com uma referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém. A diferença é, portanto, de natureza e de função. As propriedades da não-pessoa são:

"1º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como aqui, agora, etc." (EBI,283).

Benveniste separa, portanto, os signos pertencentes à sintaxe da língua dos signos que são relativos às "instâncias de discurso". Quanto a esses últimos, assinala que têm existência lingüística apenas quando são usados. "A forma *eu* só tem

⁷ Usaremos a seguinte notação: EB I para referir ao livro *Problemas de Lingüística Geral I* e EB II para referir a *Problemas de Lingüística geral II*.

existência lingüística no ato de palavras que a profere" (EB I, 279). Assim, a função desses signos é a de promover a comunicação intersubjetiva.

Depreende-se daí que a unicidade decorrente do uso das formas EU/TU é conferida pela instância de discurso e a não-unicidade de ELE está ligada à sua independência com relação à enunciação. A dêixis, por sua vez, é vista como aqueles signos que, pertencentes ao paradigma do EU, também fazem remissão à instância de discurso e só nela podem ser devidamente apreendidos.

Nesse sentido, já podemos formular uma segunda observação: a categoria da dêixis está ligada à categoria de pessoa, ou seja, ao paradigma do EU/TU, enquanto que os elementos não-dêiticos estão ligados ao paradigma do ELE, ou seja, da não-pessoa.

Com a separação entre os "indicadores auto-referenciais" e os chamados de "terceira pessoa", há dois tipos de referência que remetem a direções distintas que podem ser esquematizadas da seguinte forma:

EU/TU - Categoria de pessoa - referência dêitica.

ELE - categoria da não-pessoa - referência não-dêitica.

Esse esquema remete a uma terceira questão: qual o estatuto da referência na distinção dêitico/não-dêitico?

Em seu texto de 1956 A natureza dos pronomes, Benveniste separa os signos pertencentes à sintaxe da língua daqueles que são relativos às instâncias de discurso.

Em Da subjetividade na linguagem (1958), elabora uma distinção entre categorias da língua e categorias do discurso. Em ambos, o que se percebe é uma dupla referência: a objetiva que contempla os signos "plenos" - do paradigma do ELE - e a subjetiva que contempla os signos "vazios" auto-referenciais - do paradigma do EU/TU.

O problema que se coloca aqui é o seguinte: ao opor o EU/TU ao ELE Benveniste opõe a esfera subjetiva da língua à esfera objetiva, mas o que esses termos significam nesse contexto teórico?

A categoria de pessoa é o fundamento lingüístico da intersubjetividade e a sua referência é ao EU. Nesse sentido, Benveniste formula o conceito de dêixis de uma forma bastante diferente, se comparada às teorias lógicas e filosóficas que se

dedicaram ao tema. Para ele, o mecanismo da dêixis está marcado na língua e é colocado em funcionamento cada vez que um sujeito a enuncia. Assim, os dêiticos, embora possuam um lugar na língua, são categorias vazias porque, enquanto signos concretos, somente adquirem estatuto pleno na e pela enunciação de EU.

A esfera não-subjetiva ou objetiva da língua também tem status lingüístico, mas, nesse caso, de não-pessoa. O fato de Benveniste considerar que esses signos relacionam-se a uma realidade objetiva não autoriza ver aí uma realidade ontológica, mas uma referência à própria língua.

No entanto, a dupla referência (subjetiva e objetiva) parece se desfazer nos últimos textos de Benveniste. O autor esboça outra alternativa para tratar do mecanismo da dêixis. No texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), o sistema de referência é visto como um elemento constitutivo da língua, ou seja, a referência é um termo integrante da língua que é agenciado pelo sujeito e dele depende para ter sentido. Assim, o centro de referência passa a ser apenas um: o sujeito e a sua enunciação. Diz ele:

"...na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação." (EB II, 84)

Acrescenta ainda Benveniste que todo o mecanismo da referência é regido pelo processo da enunciação entendida como o "...colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (EB II, 82). Esse ato de apropriação da língua é constitutiva da enunciação e "...faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno" (EB II 84).

Como bem lembra Rosário (1999), esse mecanismo único de referência já está previsto em Benveniste no texto de 1958 *Da subjetividade na linguagem* quando diz que,

"É preciso ter no espírito que a 'terceira-pessoa' é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa eu do locutor que, enunciando-a, a situa como 'não-pessoa'. Esse é seu status. A forma ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por 'eu'" (EB I, 292).

A partir disso podemos formular a terceira observação: Benveniste acaba propondo um mecanismo de referenciação único, qual seja, o sujeito e a sua enunciação. Com isso, tanto os signos plenos como os vazios estão submetidos ao centro enunciativo do discurso. Quanto à dêixis diz Benveniste:

"...as formas denominadas tradicionalmente 'pronomes pessoais', demonstrativos, aparecem agora como uma classe de 'indivíduos', quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. (...) O estatuto destes 'indivíduos lingüísticos' se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual (...). Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo" (EB II, 85).

Observe-se que nesse trecho que transcrevemos Benveniste admite a existência de "termos nominais" que enviam sempre a "conceitos" como integrantes da língua. Isso corrobora o que dissemos acima sobre o caráter lingüístico da esfera não-subjetiva da língua.

Finalmente, a terceira questão que deve ser formulada aqui é: *qual metodologia de análise da língua pode ser derivada das idéias de Benveniste?*

Ora, se toda a língua passa a ser regida por um mecanismo único de referenciação qual especificidade teriam os dêiticos em relação aos elementos não-dêiticos da língua? Em *O aparelho formal da enunciação* (1970), diz Benveniste,

"O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno". (EB II, 83-84)

Ainda conforme a interpretação de Rosário (1999), mesmo que nesse artigo o autor não fale explicitamente do EU/TU e do ELE, a língua parece estar relacionada, enquanto totalidade, ao EU. Um exemplo dessa centralidade do EU é o que Benveniste afirma sobre a asserção - enunciados que contêm a forma ELE: "Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa à comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação." (EB II, 86).

Podemos, a partir disso, concluir que o fato de a língua estar integralmente ligada à referência e ao EU não significa que a dêixis não tenha um mecanismo que lhe é próprio, qual seja, a característica de somente adquirir sentido no uso feito por EU. Assim, para Benveniste, os dêiticos são categorias vazias porque, enquanto signos concretos adquirem estatuto pleno na e pela enunciação, embora possuam um lugar na língua. Os dêiticos não existem como signos virtuais e objetivos, mas como signos na enunciação inaugurada por EU. Segundo Lahud (1979), "os dêiticos (...) não são apenas signos que 'descrevem' por si próprios uma relação entre o enunciado e a enunciação, mas de elementos cuja função é permitir ao sujeito que os enuncia e, no momento que os enuncia, de instaurar essa relação." (Lahud, 1979: 114).

Qual a propriedade de um signo que promove sua existência? A resposta de Benveniste certamente seria: a capacidade de se "opor" a outros signos. Assim, "eu" se opõe a "tu" na Enunciação^B. Com a emergência desses índices, novas oposições são criadas, as quais afetarão todos os signos que estão sendo

^B Benveniste (1965:68): "... enquanto eu por oposição a tu e ele (...) para nós, esse comportamento parece refletir na realidade uma estrutura de oposições lingüísticas inerentes ao discurso."

usados de forma não-cognitiva⁹. Enfim, é a instauração de “eu” por um locutor que inaugura a enunciação, fenômeno que constitui a língua a qual passa a ser vista como um sistema diferente daquele pensado no *Curso de Lingüística Geral*.

O conceito de enunciação subverte a dicotomia língua/fala exatamente porque a enunciação é um nível que não se reduz nem à língua nem à fala, mas que constitui ambas. A enunciação é o ato de tornar fala a língua e os dêiticos são a evidência de que ao menos uma parte do sistema da língua não se realiza sem o seu próprio uso.

É sabido que Benveniste procurou esboçar um quadro formal dos caracteres enunciativos “no interior da língua” e que os dêiticos são também dela constitutivos, no entanto, também é sabido que antes de definir o lugar exato que cabe a essas partículas na língua, ele havia chamado a atenção para o fato de que empregar a língua não é o mesmo que concebê-la como um sistema. O *aparelho formal da enunciação* apaga as fronteiras entre a língua e a fala, visto que os elementos que o constituem pertencem, concomitantemente, aos dois níveis. Esse apagamento tem uma consequência: o mecanismo da referência é único e tem estatuto enunciativo.

Esquemáticamente temos o seguinte:

EU/TU - Categoria de pessoa - pertencente ao discurso - referência dêitica - formas vazias que são preenchidas na enunciação.

ELE - categoria da não-pessoa - pertencente à língua - referência não-dêitica - formas plenas que são engendradas no mecanismo de enunciação.

A análise da linguagem, a partir desse quadro, deve levar, portanto, de três questões fundamentais: o ato individual de enunciação, a(s) situação(ões)¹⁰ em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Em outras palavras, o sujeito que enuncia (EU), o tempo (o *agora* do presente enunciativo) e o espaço da enunciação (o *aquí* do lugar) e os mecanismos lingüísticos de utilização da língua. Nesse sentido, tudo que é do domínio da língua tem por critério necessário e suficiente que

⁹ Vide Benveniste (1970: 86)

¹⁰ Diz Benveniste: “...o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra.” (EB I, 281).

se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Isso justifica o nosso interesse aqui: fazer um estudo lingüístico do uso da língua.

Tomando por base a reflexão teórica feita até esse momento, a seguir, retomaremos alguns autores que se dedicaram ao estudo da categoria aspecto em verbos do Português a fim de, no item seguinte, apresentarmos alguns encaminhamentos metodológicos para um posterior estudo dêitico-enunciativo do aspecto verbal.

3 Algumas definições de aspecto

Tanto gramáticos como lingüistas parecem concordar em um ponto: o aspecto é um tempo interno ao processo verbal. Entre os estudiosos pesquisados estão: Castilho (1968), Luft (1976), Bechara (1977), Travaglia (1981), Câmara Jr. (1984), Corôa (1985), Cunha e Cintra (1985), Mateus et alii (1987), A. Fuchs (1988), Costa (1990), Barroso (1994), Perini (1998) e Godói (1999). Vejamos como isso se manifesta em alguns desses autores.

Para Costa (1990:36), o aspecto é “uma categoria semântica que marca a referência ou não à estrutura temporal interna de um fato.” Segundo Castilho (1968:14), o aspecto é “...uma visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento; categoria de natureza léxico-semântica, na sua significação interagem o sentido do verbo e elementos sintáticos como complementos e adjuntos”. Na opinião de Câmara (1984:60), o aspecto é “...uma propriedade que tem uma forma verbal de designar a duração do processo ou o aspecto propriamente dito sob que ele é considerado pelo falante.”. Para Barroso (1994:78), o aspecto é “uma categoria verbal (...) que tem que ver com o desenvolvimento interno do processo, independentemente de sua localização temporal.”. Em Fuchs (1988), encontramos a seguinte observação: dado significado aspectual numa língua corresponde um dado componente morfêmico único.

Em Mateus et alii (1987), o aspecto é “uma categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas.” Já Luft (1976) define aspecto como “categoria que exprime a oposição término/não-término(...) a duração do processo.” O

mesmo fazem Cunha e Cintra (1985:370) ao conceber seu conceito sobre um sistema de oposições formais (pontual/durativo, incoativo/conclusivo e contínuo/descontínuo). E, finalmente, Perini (1998:256) estuda a categoria com base na concepção de Comrie (1976) segundo a qual o aspecto refere-se à constituição temporal interna de uma situação.

Nesse quadro teórico, percebemos também duas tendências: a preocupada em delimitar a noção de aspecto e descrevê-la em função de oposições formais (morfológicas) e léxico-sintáticas e a tendência que limita-se à apresentação de listas de expressões aspectuais, procedimento esse mais comum entre os gramáticos.

Em geral, considera-se a realização aspectual em quatro níveis: no lexical, na flexão verbal, na sufixação e na conjugação perifrástica. É possível observar ainda que o aspecto é visto como pertencente ora ao nível morfológico, ora ao nível sintático (ou em ambos).

É importante lembrar que o nosso objetivo é investigar a noção de aspecto numa abordagem enunciativa, portanto, de um ponto de vista que considera a língua como um sistema que comporta o mecanismo de seu uso. Essa postura traz uma diferença considerável se a compararmos com as abordagens de gramáticos e de muitos lingüistas que têm como objeto ou a língua enquanto entidade teórica, ou a língua enquanto conjunto normativo de regras. Mesmo quando alguns teóricos mencionam a dimensão funcional do aspecto, a investigação que fazem tenta dar conta de um uso lingüístico enquanto reflexo das regras da língua, sem vinculá-lo ao sujeito que enuncia.

De nossa parte, não pensamos em refutar as concepções que esses estudiosos trouxeram, visto que o quadro teórico que mobilizamos é diferente. Nosso intuito é o de propiciar uma descrição dessa categoria sob um ponto de vista até então inexplorado. Nem por isso, no entanto, um novo conceito de aspecto será forjado. Partiremos do que já existe a fim de reconstituí-lo a luz da Teoria da Enunciação.

A partir disso, gostaríamos de fazer algumas observações.

Em Travaglia (1981:32) encontramos a seguinte formulação:

"A categoria de tempo situa o momento de ocorrência da situação a que nos referimos em relação ao momento da fala como anterior (passado), simultâneo (presente) ou posterior (futuro). É uma categoria dêitica, uma vez que indica o momento da situação relativamente à situação da enunciação(...) A categoria de aspecto não é uma categoria dêitica pois se refere à situação em si(...) Assim, para efeitos de distinção, podemos dizer que o tempo é um 'tempo externo à situação' e o aspecto é um 'tempo interno à situação'".

Em Costa (1990:29) lemos que: "A diferença entre tempo e aspecto quanto à escolha subjetiva do falante poderia talvez ser explicitada dizendo-se que a escolha do aspecto é não-obrigatória ("estilística") enquanto que a escolha do tempo é obrigatória ..."

Uma primeira interpretação acerca dos conceitos de Travaglia (1981) conduzem-nos a pensar que sua argumentação sobre o caráter não-dêitico do aspecto refere-se ao nível lexical em detrimento dos demais. Observamos, no entanto, a pertinência da diferenciação entre o grupo dos aspectos lexicais (lexical e sufixal) e o dos aspectos gramaticais (de flexão verbal e perifrástica), conforme classificação de Barroso (1994).

Ora, a constatação de que não há relação temporal entre o fato predicado e a situação de fala não mostra que não há referência dêitica, apenas afirma que não há relação temporal dada pelo aspecto. Além disso, se a representação espacial é uma "opção" do falante, como diz Costa, então é o caso de se ver o aspecto não como marca de estilo, mas de subjetividade.

Em outras palavras, se o aspecto pode ser visto como uma marca de "estilo", então o sujeito parece intervir nesse processo. No entanto, ainda podemos pensar em contra-argumentos da seguinte ordem: se o sujeito pode converter uma palavra que possui lexicalmente o traço [-durativo] em uma palavra que possui o traço [+durativo], isso conduz a pensar em uma existência *a priori* do aspecto lexical com base na oposi-

ção não-duratividade/duratividade¹¹. Logo, se a categoria é prevista no léxico da língua como pode ela depender de um agenciamento enunciativo do sujeito?

Essa questão também remete à distinção entre aspecto e modo de ação, questão essa que é importante ser abordada para que decidamos se existe diferença entre aspecto lexical e aspecto de flexão verbal, e também para que nos aproximemos melhor de um conceito enunciativo de aspecto.

3.1 Aspecto e modo de ser da ação

De um lado, encontramos a postura de Corôa (1985:64-67) que assume essa distinção dizendo que o aspecto é uma categoria gramatical, enquanto que o modo de ser da ação é uma categoria léxico-semântica. Por outro lado, teóricos como Costa (1990) e Barroso (1994) não consideram necessário essa diferenciação. Costa (1990: 22-23) diz que o aspecto, enquanto "possibilidade semântica" deve ser estudado onde quer que ele apareça. Afirma também ser "...antieconômico para a análise, a postulação de duas categorias..." para verbos do Português. Já Barroso (1994: 76-77), numa seção intitulada "Para uma definição da categoria aspecto e aspecto verbal perifrástico", apoiando-se em E. Coseriu afirma que "...o aspecto eslavo não é a categoria aspecto, mas apenas uma de suas modalidades históricas...". Mais adiante, ele dirá que "...uma outra interpretação, que também não é, pelo menos em termos universais, nem funcional nem eficaz, é a que diz respeito à distinção que se estabeleceu com S. Agrell, no seio da germanística e eslavística entre **Aspekt e Aktionsart(en)**."

Essas observações são suficientes para ilustrar a diversidade de entendimento que a dicotomia tem entre os especialistas. De nossa parte, não cabe avaliar a pertinência as opções feitas pelos autores, mas escolher uma forma de tratar a questão que seja adequada aos nossos objetivos.

Benveniste (II:228) inclui na língua o que chama de signos gramaticais (em oposição ao signos lexicais), como por

¹¹ Essas reflexões derivam de uma discussão feita junto ao grupo de trabalho sobre Português para Estrangeiros (UFRGS), coordenado pela Dra. Margarete Schlatter, a quem agradecemos a oportunidade do debate.

exemplo, os paradigmas de flexão e derivação¹². Com isso é possível admitir que a língua comporta indiferentemente signos lexicais e signos gramaticais, visto que, em seu sistema todos os signos estão em oposição (formal) e, mais importante ainda, o significado dentro do sistema semiótico não pode ser determinado sem referência ao uso que dele se faz. Ora, se na língua signos lexicais e signos gramaticais têm um estatuto similar e não independem do uso, logo, podemos pensar tanto o aspecto como o modo de ser da ação como integrantes do sistema. Ambos dependentes de uma atualização enunciativa.

Assim, optamos, a exemplo de Costa (1990), por não fazer diferença entre aspecto e modo de ação, com a ressalva de que ambos têm sua realização dependente do uso em uma dada instância.

Essa decisão resolve parcialmente a questão que apresentamos como contra-argumento no item anterior. Na verdade, tanto o traço [+durativo] como o traço [-durativo] e todos os mecanismos de aspectualização (sufixos derivacionais/ flexionais, perífrases, etc.) estão presentes na língua. Lembramos ainda que, para Benveniste, a dêixis não é uma relação que se dá entre a língua e o mundo, mas entre a língua e o sujeito. A língua, tal como é vista em teoria da enunciação, não é uma virtualidade que existe fora do uso.

Quanto ao verbo diz ele:

"...a 'forma verbal' é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato. Não pode comportar nenhuma forma virtual e 'objetiva'. Se o verbo é usualmente representado pelo seu infinitivo como entrada de léxico para inúmeras línguas, isso é pura convenção; o infinitivo em língua é totalmente diferente do infinitivo da metalíngua lexicográfica. Todas as variações do paradigma verbal, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. Resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso". [grifo nosso](EB I,283)

¹² O texto acima referido chama-se "A forma e o sentido na linguagem", escrito em 1966, cujo assunto é a relação entre a língua e seu uso, dicotomia essa que será progressivamente amenizada ao longo do texto.

4 O aspecto em teoria da enunciação

A fundamentação teórica precedente parece ser suficiente para subsidiar um aparato metodológico de análise do aspecto verbal no português. É importante lembrar que se a reflexão teórica que fizemos teve caráter exaustivo, isso se deve ao fato de que estamos apresentando um trabalho que é produto de uma pesquisa (cf. nota 1), portanto, é inevitável a formulação dos princípios que norteiam as atitudes tomadas com relação ao corpus.

A partir do que foi apresentado, anteriormente, a respeito da natureza dos dêiticos em teoria da enunciação podemos elaborar alguns encaminhamentos. Os dêiticos, para Benveniste, têm estatuto diferenciado dos demais signos lingüísticos: na língua, são signos formais, vazios que se enchem na e pela enunciação.

No item 2, consideramos que uma análise enunciativa da linguagem deve relevar de três parâmetros: o ato individual de enunciação, a(s) situação(ões) em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Assim, o aspecto deve ser estudado tendo em vista o ato de seu aparecimento - instância referida a EU -, a situação em que apareceu - o tempo e o espaço - e os instrumentos lingüísticos utilizados para isso.

Explicando melhor: sempre é possível pensar que se, por um lado, existe o verbo "quebrar" com valor, a princípio, [-durativo], por outro lado, é admissível torná-lo [+durativo], no uso. Isso equívale a dizer que a língua depende de seu próprio uso para produzir forma e sentido. Um exemplo dessa mudança seria o seguinte enunciado ouvido em situação corriqueira:

(1) "Os pedreiros já começaram a quebrar a calçada."

A noção de duratividade¹³ (ou não) parece estar ligada ao ato enunciativo.

Observe-se que não estamos negando que a língua, enquanto uma virtualidade, priorize a atualização do traço [-durativo] para "quebrar". Mas trata-se mesmo de uma virtualidade, ao menos até o momento de ser enunciado este verbo

¹³ Não estamos reduzindo o aspecto à noção de duratividade, mas consideramos, a exemplo de Costa (1990) que o traço [+durativo] implica a atualização ou não da categoria.

em uma dada situação, já que em determinados contexto a atualização será [+durativa].

Não é difícil imaginar situação contrária, ou seja, em que a língua priorize o traço [+durativo], mas que em uma dada situação o verbo seja visto como parte de um processo maior. Isso pode ser visto em casos como

(2) Gosto das manhãs: *levanto cedo, tomo café, caminho e estou pronto para começar a viver.*

em que verbos como "caminhar" são parte do processo sintetizado na idéia expressa pela perífrase "começar a viver".

Na verdade, estamos sugerindo que mesmo a língua contendo o indicativo de qual traço é mais comum de ser atualizado, sempre é possível imaginar um contexto de uso em que se pode ver outras possibilidades. O aspecto não foge a isso e, nesse sentido, ele é dêitico, já que depende de sua utilização por um sujeito face a uma instância de enunciação.

Dessa forma, o aspecto tem um componente dêitico porque, primeiramente, marca uma continuidade, que se realiza simultaneamente ao momento da fala de EU, mas que o ultrapassa. Assim, é na emergência dessa continuidade indeterminada que se encontra a fundação do aspecto na Enunciação. Observe-se desde já, que estamos definindo o aspecto como categoria que emana desse "centro único de referência"¹⁴ que é o EU, o qual, como já visto, é inaugurado pela língua exatamente no momento em que *eu* fala. Logo, o momento de fala do EU é a matriz referencial da qual partem (e retornam) todas as categorias dêiticas, incluindo o tempo e o aspecto.

Vejamos mais alguns exemplos:

(3) Eu cantei o dia inteiro.

(4) Eu cantava o dia inteiro.

Em (3), a forma perfectiva se define em relação ao EU, isto é, *cantei* é anterior ao momento da fala e é pontualmente conclusivo em relação a ele. Logo, nesse caso, a oposição é a seguinte: antes do momento da fala/ momento da fala. Já em (2), o aspecto se refere ao EU também, mas agora a divisão possui uma dimensão mais ampla: antes/ agora (sendo que esse agora inclui o momento da fala). A forma imperfectiva é dura-

¹⁴ Vide Benveniste (1970: 84 e 86)

tiva em relação ao momento da fala. Ou seja, o verbo "cantar" aceita tanto a forma perfectiva como a imperfectiva, no entanto, a atualização de cada uma delas vai depender do uso em uma dada instância. É com relação ao sujeito que se pode dizer qual das formas foi considerada mais adequada para marcar a "especialização" do tempo.

O mesmo podemos demonstrar em relação a um verbo [-durativo]. Vejamos como podemos ilustrar isso com exemplos:

- (5) Eu quebro copos.
- (6) Eu quebrei copos.
- (7) Eu quebrava copos.

A passagem de um verbo [-durativo] para [+durativo] é bastante comum em Português (como no exemplo 1). A transformação contrária, no entanto, é menos comum, mas também acontece, assegurando que o sujeito pode promover um rearranjo na oposição axial (duratividade/não-duratividade). É sempre possível imaginar um contexto X em que seja permitido enunciar (7).

Numa enumeração de eventos, os verbos [-durativos] podem ser vistos como [+durativos]. Exemplo:

- (8) Eu acordei cedo, levantei da cama, escovei os dentes, troquei de roupa, sai, caminhei até a banca e comprei o jornal.

Em (8), e também em (2), observamos que, dentro do contexto frasal, cada ação surge como não-durativa ou pontual, ou ainda, como parte de um processo maior.

Nessa concepção, a noção de duratividade, que na língua se oporia a de não-duratividade, seria engendrada pela instauração de um EU, que promovesse um rearranjo dessa oposição axial em cada situação de uso.

Cabe lembrar que não estamos criando um novo conceito de aspecto, ou seja, acreditamos que essa categoria indica uma "especialização do tempo", para usar os termos de Castilho (1967), no entanto, pensamos em estudá-la sempre em um contexto de ocorrência. Isso nos leva a definir como unidade de análise não mais o verbo como entidade lexical, nem mesmo a frase, mas o enunciado, ou seja, a realização concreta produzida a partir do ato de utilização da língua por um sujeito. Voltamos

a afirmar que para a análise do aspecto, nesses termos, é necessário situá-lo em relação ao sujeito, ao aqui/agora da enunciação e aos recursos lingüísticos utilizados para a sua realização.

Travaglia (1981: 32), ao propor a diferenciação entre tempo e aspecto, faz, em última instância, a mesma diferenciação que a nossa, mas em um quadro teórico distinto que o impede de ver o aspecto como dêitico. Para ele, o tempo diz respeito ao "tempo externo" – conforme visto mais acima – com referência ao mundo objetivo, portanto dêitico. Para nós, o tempo, ao ser enunciado por um "eu" promove as divisões aspectuais porque ancoradas na enunciação. Para Travaglia, o aspecto diz respeito ao "tempo interno" e, para nós, o EU, através do presente enunciativo, funda o aspecto numa continuidade indeterminada, cujos limites "externos" serão engendrados pela categoria de tempo.

Ainda uma última observação: em Costa (1990: 15) encontramos o conceito de dêixis que definimos como "ontológico", diz ela: "dêixis, (...) é a faculdade que têm as línguas de designar os referentes através da sua localização no tempo e no espaço, tomando como ponto de referência o falante." [grifo nosso] Assim, observa-se que ao usar o termo "falante" ela remete para o enunciado (produto) e não para a enunciação (processo), o que assinala uma diferença epistemológica considerável. Mais adiante, aparece o conceito decisivo para Costa: "Difícil se faz essa atitude em face da categoria de tempo, porque sendo esta uma categoria dêitica, impõe limites mais rígidos ao falante, que não pode furtar-se ao seu próprio estar no mundo." (pg. 29).

Em nossa perspectiva o ponto de referência dêitica não é o falante, mas o sujeito "eu". Em outras palavras, não consideramos presente o tempo concomitante ao momento da fala, mas aquele que o sujeito elege como presente em seu ato de enunciação. É o sujeito que dá o parâmetro de extensão do presente. E é na combinação de aspecto e de tempo que fica clara a seguinte afirmação de Benveniste (II, 75): "Na realidade, a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente (...)"

As análises que passarão a ser apresentadas constituem uma amostra do trabalho que ainda está em desenvolvimento

(cf. nota 1) e não têm a pretensão da exaustividade, no entanto, servem como uma forma de ilustração do procedimento metodológico sugerido a partir da perspectiva enunciativa de estudo da linguagem.

5 Princípios de uma análise enunciativa do aspecto verbal

As ocorrências para análise foram retiradas do corpus do projeto NURC (DID - POA) organizado por Hilgert (1997). Observaremos tais ocorrências a partir do que definimos como o mínimo necessário para uma análise enunciativa da linguagem: o ato individual de enunciação, a(s) situação(ões) em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Do reconhecimento desses elementos resulta o presente estudo. Em cada enunciado serão considerados:

- os recursos lingüísticos utilizados para a realização do aspecto;
- o sentido aspectual produzido em relação à ancoragem na situação espaço-temporal;
- a categoria de pessoa como centro de referência do discurso.

5.1 Da oposição entre presente simples e presente perifrástico gerundial

Enunciado (1)

Marília também: : a Marília Pera: eu o Moacir eu *assisto* ...sempre... mas são pouquíssimos os musicais que têm na televisão... no horário que eu que eu *estou assistindo*...(DID-POA-121:263).

Ao colocarmos em relação *assisto* e *estou assistindo* a primeira observação que podemos fazer é que enquanto na forma perifrástica o fato verbal é referido num fragmento de tempo cuja estrutura interna permite uma visualização *em curso* do estado, na forma simples, há a negação dessa estrutura interna. Em *assisto*, há apenas a marcação de uma continuidade indefinida (confirmada pelo circunstancial temporal).

A continuidade indefinida pode ser interpretada tanto em *assisto* como em *estou assistindo*. Mas a ancoragem no aqui/agora da enunciação permite ver aí outra construção do sentido aspectual:

- O presente simples de *assisto* é contemporâneo ao sujeito e ao presente da enunciação de (1), mas não coincide com eles. Em outras palavras, o sujeito diz que "assistir a musicais na televisão" é "presente" para ele, embora, evidentemente, isso não implique que esteja assistindo a tais programas no momento em que enuncia. Poderíamos chamá-lo de "presente atemporal". Observe-se que é somente com referência a esse contexto que podemos afirmar a habitualidade e a continuidade indefinida da forma simples. O traço [+durativo] atualiza-se na instância em que é proferido e para este contexto. A duratividade é "atemporal" (isso é corroborado por *sempre*), mas evidentemente só existe a partir do "eu" que a enuncia.
- o presente perifrástico, para o caso de (1), coincide com o momento especificado por "...no horário que...", isto é, o fragmento de tempo que permite a visualização *em curso* do estado é "presente" e [+durativo] na ancoragem dada pelo sujeito. Não fosse assim, a forma "estou assistindo", descontextualizada, remeteria para um presente concomitante ao momento em que o sujeito a proferir.
- a princípio, a diferença entre presente simples e presente perifrástico, no contexto de (1), pode ser assim sistematizada:
estou assistindo: é engendrado pelo sujeito como presente em *em curso* no momento indicado por "...no horário que...", logo, exclui referência ao momento em que é dito;
assisto: o sujeito o considera presente em tempo/espaço indefinidos com *continuidade* indefinida, logo, a referência ao momento da enunciação também é excluída, mesmo que o presente da enunciação possa ser englobado pela indefinição "atemporal" da forma simples.
Nesses termos, a primeira conclusão possível é que o caráter discursivo (enunciativo) do aspecto é definidor das formas de sua realização. Ora, uma análise que desconsidere o sujeito que enuncia não pode contemplar a ancoragem situacional das formas simples e perifrásticas do presente em português. Am-

bas fazem referência indeterminada e podem ocasionar um efeito de hábito, mas somente a forma perifrástica depende de uma ancoragem em "no horário que" para excluir o momento da fala.

Isso permite pensar que a relação entre *assisto* e *estou assistindo*, em (1), coloca o segundo - mais específico - como uma parte do primeiro - mais geral. A duratividade da forma perifrástica, já que é ancorada em uma referência específica ("no horário que..."), é encarada como um recorte no processo atemporal da forma simples. Esquemáticamente, temos:

assisto sempre

(fato verbal global)

no horário que...estou assistindo

(fato verbal que é parte do fato global)

Embora o nosso objetivo não seja estudar a manifestação aspectual em advérbios¹⁵, vale dizer algo a propósito de "sempre" conjugado com as formas simples e perifrásticas (gerúndios) do presente:

Enunciado (2)

olha sempre quando eu estou em casa eu ouço

rádio eu *estou sempre ouvindo* rádio (DID-POA-121:3)

Em (2), o uso do advérbio "sempre" com a forma verbal no gerúndio parece significar "a qualquer hora", isto é, o advérbio proporciona um sentido de frequência (ou de hábito).

A expressão "sempre", em *Eu estou sempre ouvindo rádio*, situa "em um tempo qualquer" o sentido de duração dado pelo gerúndio. Se perguntarmos "Quando tu estás ouvindo rádio?", a resposta será "sempre". Isso nos mostra que, ao lado da função habitativa, o "sempre" promove um deslocamento temporal. Em outras palavras, além de marcar o habitativo "sempre" também ancora o fragmento de tempo *em curso* para além do momento da fala.

Observar esse deslocamento parece indispensável quando do uso do gerúndio pois se não fosse usado o "sempre", o sentido do gerúndio, poderia coincidir, ao menos teoricamente, com o momento em que se fala.

¹⁵ A respeito dessa questão vale ler o texto de Ilari(1996) *Sobre os advérbios aspectuais*.

Aqui podemos relembrar a oposição presente simples/ presente perifrástico, em função da instância do EU feita para o caso de (1). Como visto, a nossa investigação sobre a teoria da enunciação postula que a primeira forma trata de indeterminar a duração do fato predicado, enquanto que a segunda admite determiná-lo, pois pode ser circunscrita a um "tempo qualquer".

Uma descrição formal da oposição "ouço/ estou ouvindo" diria que tanto a primeira forma quanto a segunda possuem o traço [+ durativo], sendo que a segunda promoveria um "desenrolar do processo, sua expansão". Colocadas as coisas dessa forma, tem-se a impressão de que o "eu" promove uma inversão em relação a uma descrição formal, ao supostamente dizer que é o uso da forma presente simples que traria uma expansão da duratividade e não a forma no gerúndio. Não se trata disso, mas do fato de que em "estou ouvindo" o tempo enunciativo admite a produção de limites externos, o que não acontece com "ouço".

Enunciado (3)

depois eu vejo também:: ah filmes assim no no

Dez...só até *estou de vez em quando*

assistindo às aulas também de tarde na

televisão (DID-POA-121:65)

Em (3), a expressão adverbial "de vez em quando" desempenha a mesma função de "sempre", em (2), ou seja, impedir que a forma perifrástica indique concomitância entre o fato verbal e o momento em que ele é falado.

Já a respeito de (1) podemos observar que o conjunto "mas são pouquíssimos os musicais que têm na televisão... no horário que eu estou assistindo..." equivale à seguinte fórmula: "sempre que eu estou assistindo, têm pouquíssimos musicais na televisão".

Enunciado (4)

...EU *ando sempre* com radinho de pilha (ainda

agora) inclusive quando... eh vinha pelo lavar roupa

qualquer coisa no tanque (...)

minha mãe (dizia) que eu parecia uma

lavadeira (risos) (uma) lavadeira porque eu

sempre estava com o rádio ligado (*estou*)

sempre com o radinho aqui no pescoço eu dependurava ou botava aqui assim (DID-POA-121:96-104)

Com o presente simples em "EU *ando sempre* com o radinho de pilha" e em "(*estou sempre* com o radinho aqui no pescoço)", a situação é diferente, pois o uso de "sempre" ligado a essa forma verbal, possui um sentido de intensificação que confere um fortalecimento do habitativo (ver também "eu assisto sempre" em (1)).

A questão que fizemos em relação à forma do presente perifrástico, poderia ser reproduzida aqui, pois a resposta seria a mesma. Assim à pergunta "Quando tu ouves rádio?", a resposta poderia também ser "sempre". Nas duas situações o advérbio procede a uma marcação de hábito. Não aprofundaremos essa questão, mas vale a pena observar que na forma simples o "sempre" também causa um efeito de intensificação. A indeterminação do presente simples somada a um advérbio de alta frequência confere um sentido de intensificação (que se dá junto com o sentido temporal). Isso pode ser observado na alternância muito/sempre no enunciado abaixo.

não... eu não ouvia muit/quer dizer sempre:: em casa quand/ quando estava em casa eu ouvia muito porque eu gosto de música entende não... (DID-POA- 121:50)

Resta dizer que também acreditamos que a noção de habitualidade que perpassa as formas não é aspectual, como bem viu Castilho (1967), Travaglia (1981:46) e Costa (1990:26), pois está vinculada indistintamente a formas [+durativas] e a formas [-durativas]. No entanto, consideramos que o habitativo na forma simples é diferente de sua ocorrência na forma perifrástica: na primeira, há uma confirmação da duratividade "atemporal" do fato verbal somada à intensificação; na segunda, há uma ancoragem em "um tempo qualquer" que impede de ver o fato verbal como concomitante à fala.

Esquemáticamente, temos:

Forma verbal do presente simples	Forma verbal perifrástica gerundial do presente
o sujeito considera o fato verbal presente em tempo/espaço indefinidos com <i>continuidade</i> indefinida [cf. (1)];	o sujeito considera o fato verbal presente em <i>em curso</i> no momento indicado por "...no horário que...", [cf. (1)] exclui referência ao momento em que é dito;
a indeterminação do presente simples somada ao uso do advérbio "sempre" confere sentido de <i>hábito</i> e de <i>intensificação</i> [cf. (4)];	o uso do advérbio "sempre" com a forma verbal no gerúndio significa "a qualquer hora", proporcionando um sentido de <i>hábito</i> [cf.(2) e (3)]; exclui referência ao momento em que é dito;
aspecto marcado pelo sujeito como <i>continuidade indefinida</i> .	Aspecto marcado pelo sujeito como <i>em curso</i> em uma dada situação ["no horário que" em (1); "sempre" em (2) e (3)].

5.2 Da ancoragem enunciativa do pretérito imperfeito

Ana Fuchs(1988: 94-5)¹⁶ faz uma excelente análise a respeito do comportamento do pretérito imperfeito. Em síntese, ela diz que "...o imperfeito não tem função sistemática outra que a de efetuar 'mera predicação', como o presente." Isso porque "...ele pode designar um fato estritamente simultâneo com um ponto de referência temporal estabelecido dentro desta situação, fatos de valor temporal, fatos anteriores e até posteriores ao ponto de referência."

Cabe aqui procurar entender o que ela pensa sobre "ponto de referência". Em todos os seus exemplos, o imperfeito é visto em relação a um outro tempo verbal: o futuro simples, o gnômico, o próprio imperfeito e o perfeito. São esses tempos verbais que serviram, na análise de Fuchs, como pontos de referência, para o ancoramento do imperfeito naquelas situações.

Não nos cabe julgar o mérito de sua análise e sim mostrar que o ponto de vista enunciativo é diferente justamente por causa dessa noção que lhe é tão cara: "o ponto de referência" de A. Fuchs não é o "centro de referência único" de E. Benveniste. Para Benveniste, o centro é sempre o presente enunciativo (aqui/agora) instaurado por EU. Assim, o imperfeito deve muito de sua caracterização ao presente, porque como este,

¹⁶ O texto de Fuchs é um dos poucos que problematiza o caráter não-déitico geralmente atribuído ao aspecto (cf. bibliografia).

possui uma “continuidade indeterminada”. No entanto, contrariando Fuchs, o imperfeito se diferencia do presente justamente por uma noção temporal, fato que pode ser comprovado com um exemplo da própria autora:

1) Ele não tinha com que festejá-lo como fazia na guerra.

Podemos observar que o verbo sublinhado apesar de formalmente estar no mesmo tempo verbal que o primeiro, está localizado temporalmente em um ponto anterior ao primeiro verbo. É, portanto, o tempo presente enunciativo de EU, enquanto marcador de divisões a partir da fala, que impede que as duas ações coincidam no Tempo.

Essa dependência do imperfeito face ao presente enunciativo pode ser vista numa fala do corpus de análise:

enunciado (5)

estudei lá... para fazer... o vestibular ...para a Faculdade de Medicina... antigamente... o vestibular era diferente... nós *estuda/ fazíamos*... doze cad/ doze matérias ... e *dividíamos* geralmente fazendo quatro matérias para o por ano... *fazíamos*... um período de três anos... até completar as doze... e depois... *íamos* pro vestibular na faculdade (DID-POA-6:7-14)

Nos usos destacados do imperfeito, observamos a coordenação de verbos (*estud/*, *fazíamos*- que são usados como sinônimos- *dividíamos*, *fazíamos*, *íamos*). Estas formas, até um certo ponto, se justapõem. Somente com o uso do marcador temporal “depois” é que há a marcação de sucessividade: as duas ocorrências de “*fazíamos*” e a ocorrência de “*dividíamos*” estão numa relação temporal de igualdade. Mas ambas são anteriores a “*íamos*”, anterioridade esta marcada pelo uso de “depois” e todas são passadas em relação ao presente enunciativo de EU. É em relação a EU, categoria de pessoa subjetiva do discurso, que se estabelece a simultaneidade ou sequencialidade dos fatos verbais.

Embora o valor temporal do imperfeito seja, na maioria das vezes, marcar um fato passado em relação ao presente, seu valor aspectual nem sempre é de uma duração indeterminada

no passado em relação ao presente. Ele pode marcar duração de posterioridade/anterioridade a partir de um fato situado no passado. Assim, cada forma verbal no imperfeito funciona como um novo presente em relação à forma posterior, isso tomando a totalidade do discurso. Em (5), o fato verbal global é dado pela forma do pretérito perfeito de “estudei lá para fazer o vestibular”, na primeira linha. O “antigamente”, inclusive, remete ao tempo de “estudei lá” dentro do qual os demais fatos se desenvolvem. Esquemáticamente temos o seguinte:

Estudei lá para fazer o vestibular (fato verbal global)
estuda/ fazíamos...

e

dividíamos...
fazíamos...

e depois (fatos verbais que são fases do fato global)
íamos...

Essa interpretação só é possível se pensarmos que é o EU/aqui/agora da enunciação, enquanto referência do discurso, instaura essa sucessividade.

enunciado (6)

(...) nós *estudávamos* lá:...as aulas teóricas na faculdade e a parte de laboratório também na PRÓpria faculdade...e: a parte PRÁTICA nós *íamos* fazer na Santa Casa *depois*...do quarto ano nós *então* *íamos* ter aula na Santa Casa... aí nós *começávamos a ter* contato com os doENtes... só aí.. que até *então*... nós só *tínhamos*... de huMAno na nossa FRENte... os cadáveres... *então* nós *íamos* pro necrotério e *fazíamos* nossos estudos... nos cadáveres... e depois então nós *íamos* pra Santa Casa...(DID-POA-6:333-344)

Observe-se que as partículas “depois”, “então” e “aí” colocam as formas subseqüentes em momento temporal posterior às formas antecedentes. Elas estão aí justamente para marcar uma sucessividade temporal, visto que as seqüências de formas verbais estão todas no imperfeito do indicativo. A prova disso é a ocorrência de um caso em que não só a flexão verbal é

a mesma, mas também o verbo flexionado ("a parte prática nós *íamos* fazer na Santa Casa" e "nós então *íamos* ter aula").

A partir disso podemos formular uma consideração: quando duas formas verbais do imperfeito estão relacionadas por partículas como "então", a primeira ganha um estatuto de presente e de anterioridade em relação à seguinte que - justamente por estar numa enumeração de ações onde o que importa é que uma ação suceda a outra - é posterior à primeira. A anterior funciona como ponto de referência para a posterior.

Segundo M.S. Risso¹⁷ (1996), ao abordar a estruturação de uma receita de cozinha, a forma *então*

"confere uma direção continuativa ao enunciado e a sua condição de item anafórico, não totalmente obliterada nesse emprego, suscita ao mesmo tempo uma leitura para trás, essencial para a apreensão da cadeia de ações sucessivas ao longo da seqüência dos segmentos oracionais." (Risso, 1996:427)

Assim, o "então" (e o "ai", nesse caso) não tem apenas uma função de marcar a temporalidade entre uma e outra ação verbal - dado que o tempo do conjunto já está marcado na primeira ação verbal - mas também a de marcar uma relação de referenciação: num subconjunto de duas ações verbais, o locutor toma a segunda como tendo por presente enunciativo a primeira.

O aspecto assim analisado como categoria do discurso, toma em conjunto uma diversidade de fatos que configuram um processo em que cada fato verbal pode ser visto como uma fase da constituição temporal interna de outro fato verbal mais amplo. No caso de (6), o fato¹⁸ verbal amplo que permite seqüencialização está enunciado em "(...) nós estudávamos lá...". Esquemáticamente, temos:

nós estudávamos lá (fato verbal global - coincide com "antigamente")

¹⁷ Não é parte integrante desse trabalho discutir os chamados "marcadores discursivos", mas a sua rápida alusão se faz, aqui, necessária. Ver: RISSO (1996:423-51) *O articulador discursivo "então"*.

¹⁸ A noção de fato verbal que estamos utilizando é a mesma formulada por Costa (1990) para referir genericamente acontecimentos, processos e etc.

íamos...

depois...então

íamos...

ai

começávamos...

então

nós tínhamos... (fatos verbais que são fases do fato global)

então

nós íamos...

fazíamos...

depois então

nós íamos...

Vejamos outros usos do imperfeito em relação ao perfeito do Indicativo. Vejamos dois enunciados:

enunciado (7)

estudei lá... para fazer...o vestibular... para a Faculdade de Medicina... antigamente... o vestibular era diferente (...) (DID-POA-6:5)

enunciado (8)

(...) fui representante da minha série junto à Federação antigamente... tinha uma Federação Acadêmica... essa Federação Acadêmica... era composta... de:: alunos de todas as faculdades... e era um representANTE de cada escola... formava então a diretoria da Federação (...)(DID-POA-6:155-165)

Em ambos os casos, vemos o uso do advérbio "antigamente", o qual reorganiza a ação a partir do presente, fazendo a oposição hoje x antigamente. Assim, é que em (7) e (8), apesar de o perfeito introduzir o fato verbal como concluído no passado, o advérbio reorganiza a divisão temporal porque estabelece um período de tempo entre "antigamente" e "hoje", no qual situa os fatos conclusos e em curso.

Observe-se também que os dois verbos no imperfeito são verbos de estado (ser e ter) introduzidos por "antigamente" e que esse advérbio é de natureza imprecisa, conforme observação de O. Campos et alii (1996: 59) a respeito das relações entre formas verbais associadas a advérbios.

Qual a relação entre as formas do perfeito e as do imperfeito? Numa primeira aproximação, podemos dizer que a oposição aspectual fato durativo concluso x fato durativo indeterminado (estudei x era) e (fui x tinha) não é produzida pelo advérbio, mas por uma certa cristalização do uso que torna pouco "sonoro" os seguintes enunciados, dentro de seus respectivos contextos: "O vestibular foi diferente", ou "teve uma Federação Acadêmica". Essa cristalização é do uso pois não ocorre com todos os verbos de estado visto que o enunciado "existiu uma Federação Acadêmica" é perfeitamente aceitável, dentro daquelas condições.

Assim, o falante optou por formas mais consagradas pelo uso, justamente porque expressam uma duratividade que está marcada de forma indeterminada no passado, visto que o que importa ao falante não é determinar os fatos no passado e sim dizer simplesmente que eles *pertencem* ao seu passado, à sua memória. Isso pode ser comprovado nas duas ocorrências, pois seguindo a forma verbal no imperfeito, uma seqüência narrativa se segue, a qual também está no imperfeito do indicativo. Esquemáticamente, em (8), temos:

fui representante da minha série (fato verbal global - coincide com "antigamente")
tinha uma.era.composta.era um.formava... (Fatos verbais que são constitutivos do fatoglobal)

Para encerrar as discussões em torno do imperfeito do Indicativo, cabe referir as conclusões a que chegaram Campos et alii (1996), quando da análise do perfeito e do imperfeito do Indicativo dentro do projeto da *Gramática do Português Falado*.

Partindo do modelo lógico proposto por Reichenbach (1975), eles chegaram à conclusão de que, enquanto o perfeito tem ancoragem dêitica pois se refere ao momento da enunciação, o imperfeito tem ancoragem anafórica pois remete a termos simultâneos a outro evento do passado, já mencionado no enunciado, e notadamente na forma do perfeito (Campos et alii 1996:47,50,53).

Concordamos com os autores, desde que mantido o quadro teórico de Reichenbach. Porém, em nossa perspectiva, em (7) e em (8) existe uma oposição hoje X antigamente, período no qual o falante situa fatos conclusos e indeterminados. É da perspectiva do EU do discurso que podemos situar o fato indeterminado (imperfeito) como uma fase do processo global concluso (perfeito).

6 Considerações finais

Em termos de síntese, podemos dizer que este trabalho considera o aspecto verbal como uma categoria do discurso, entendido como língua em uso. Nossa perspectiva teórica releva da enunciação enquanto uma relação triádica EU/ aqui/agora. Desse ponto de vista, o aspecto deixa de ser visto como uma categoria limitada à frase, ou ainda, ao lexema, para ser contemplado como expressão de temporalidade interna ao discurso.

Na perspectiva da teoria da enunciação, não há a necessidade de estabelecer os limites de início e de fim da temporalidade interna de cada fato verbal individualmente, mas tais fatos passam a figurar como etapas que constituem o processo verbal enquanto uma globalidade.

Uma questão que deve ser desenvolvida ainda é quanto à pertinência da organização tópica do discurso para a delimitação do fato verbal constituído pela temporalidade de outros fatos verbais.

Finalmente, esperamos que o estudo com as características aqui esboçadas dê conta da dimensão intersubjetiva da língua na instância de uso que o homem faz dela.

Referências bibliográficas

- BARROSO, H. *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo: visão funcional/sincrónica*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1977.

- BENVENISTE, E. "Estrutura da relação da pessoa no verbo". In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. Cap. 10, p. 127-140.
- _____. "A natureza dos pronomes". In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. Cap. 19, p. 260-276.
- _____. "Da subjetividade na linguagem". In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. Cap. 21, 284-293.
- _____. "O aparelho formal da enunciação". In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989. Cap. 6, p. 93-104.
- _____. "A forma e o sentido na linguagem". In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989. Cap. 15, p. 220-243.
- CÂMARA Jr, J. M. *Dicionário de Linguística e de Gramática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- CAMPOS, O. G. L. et alii. "A flexão modo-temporal no Português Culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do Indicativo". In: *Gramática do Português Falado*. V. 4: Estudos Descritivos. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESQ, 1996.
- CASTILHO, A. T. "Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa". In: *ALFA*, v.12, p.7-135, 1967.
- CORÔA, M.L.M.S. *O Tempo nos Verbos do Português: uma introdução a sua interpretação semântica*. Brasília, Thesaurus, 1985.
- COSTA, S.B.B. *O aspecto em Português*. São Paulo: Contexto, 1990.
- CUNHA, e CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. RJ: Nova Fronteira, 1985.
- FLORES, V. *Linguística e Psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- _____. "Para um estudo da categoria aspecto nos verbos do Português do Brasil". In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, nº 116, p. 91-125.
- FUCHS, A. "Aspecto verbal e dêixis". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: UNICAMP, 1988. (nº 15)
- GODÓI, E. "Classes aspectuais revisitadas". In: *Anais do 1º Encontro do CELSUL*. Florianópolis, 1997.
- HILGERT, J. G.(org.) *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: materiais para o seu estudo*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.
- ILARI, R. "Sobre os advérbios aspectuais" In: ILARI, R. (org.) *Gramática do Português Falado*. V. 2: Níveis de Análise Linguística. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. SP: Ática, 1979.
- LUFT, C. P. *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1976.
- MATEUS, M.H. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina, 1987.
- NORMAND, C. "Os termos da Enunciação em Benveniste". In: OLIVEIRA, S.(et alii). *O falar da Linguagem*. SP: Editora Lovise, 1996.
- PERINI, M. *Gramática Descritiva do Português*. SP: Ática, 1998.
- RISSO, M. S. "O articulador discursivos "então" . In: *Gramática do Português Falado*. V. 4: Estudos Descritivos. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.
- ROSÁRIO, H. M. *A noção de referência em Benveniste*. Porto Alegre, UFRGS: 1999. (mimeografado).
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. SP: Cultrix, 1977.
- TRAVAGLIA, L.C.O. *Aspecto Verbal no Português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia, MG: UFU, 1981 (edição revisada 1985 e 1994).